

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DE CURUÇÁ – PARÁ

Liana Souza Freire¹
Helena Catão Henriques Ferreira²

Resumo:

O objeto deste estudo foi o município de Curuçá, escolhido por ter um projeto de ecoturismo de base comunitária financiado pelo Ministério do Turismo e por abrigar uma Reserva Extrativista de Mangue, palco de diversos conflitos comuns a outras localidades da região amazônica. O trabalho teve os objetivos de analisar se o TBC foi capaz de transformar as condições de vida dos envolvidos com a atividade turística e discutir as principais dificuldades para sua implementação. Baseou-se em metodologia qualitativa, em que se utilizou de observação direta e entrevistas em profundidade com gestores municipais do turismo, com funcionários do Instituto Peabiru e com membros das comunidades de Curuçá. Ainda que tenham sido irrisórios os benefícios econômicos e muitas as divergências, as dificuldades e os desafios para sua realização, o turismo de base comunitária do município contribuiu para a conscientização ambiental, para criação de trabalhos de “resgate” cultural, encontrando-se no momento em fase de transição.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Turismo. Desenvolvimento local. Curuçá. Comunidade.

THE COMMUNITY-BASED TOURISM AS ALTERNATIVE LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF CURUÇÁ - PARÁ

Abstract:

The object of this study was the municipality of Curuçá, chosen for harboring an Extractive Reserve of mangrove, stage of many other common conflicts to other towns in the Amazon region, and for having a project of community-based ecotourism funded by the Ministry of Tourism, in 2008. The study had the aims of analyzing if the TBC was able to transform the living condition of those involved with the tourism activity and discuss the main difficulties in its implementation. It is based on qualitative methodology, which used direct observation and interviews with municipal managers of tourism; with officials of the Peabiru Institute; and community members of Curuçá. Although the economic benefits have been derisory and many the divergences, the difficulties and the challenges for its implementation and continuity, the community-based tourism of the municipality contributed to environmental awareness, for the creation of cultural “rescue” works, being at the moment in a transition phase.

Keywords: Community-based Tourism. Tourism. Local development. Curuçá. Community.

EL TURISMO COMUNITARIO COMO UNA ALTERNATIVA DE DESARROLLO LOCAL: EL CASO DE CURUÇÁ - PARÁ

Resumen:

El objeto de este estudio fue la ciudad de Curuçá, elegida por tener un proyecto de ecoturismo comunitario financiado por el Ministerio de Turismo y por albergar una Reserva Mangue Extractivas, es un escenario de varios conflictos comunes a otras localidades de la región amazónica. El trabajo tuvo como objetivo analizar la TBC fue capaz de transformar las condiciones de vida de los involucrados en la industria del turismo y discutir las principales dificultades en su implementación. El estudio se basó en la metodología cualitativa, que utilizó la observación directa y entrevistas con los gerentes locales de turismo, funcionarios Peabiru Instituto y los miembros de las comunidades Curuçá. A pesar de que eran insignificantes los beneficios económicos y muchos los desacuerdos, dificultades y retos para la reunión, el turismo comunitario en la ciudad contribuyó a la conciencia ambiental, para crear obras de “rescate” culturales, acostado en el tiempo en transición.

Palabras clave: Turismo basados en la comunidad. Turismo. Desarrollo local. Curuçá. Comunidad.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: lianafreire@id.uff.br.

² Doutora em Ciências Sociais, professora Adjunta da Faculdade de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense. E-mail: lelecatiao@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O turismo contemporâneo apresenta-se como uma atividade socioeconômica capaz de gerar divisas, oportunidades de trabalho e maior visibilidade para determinadas regiões. Na prática, contudo, estas possibilidades nem sempre são alcançadas. Por esta razão, começam a surgir esforços para buscar caminhos alternativos que gerem menos impactos à natureza e às comunidades locais. O Turismo de Base Comunitária (TBC) nasce como uma resposta que complementa e se contrapõe ao modelo vigente: o denominado “turismo de massa”. Diferencia-se dele porque se baseia no desenvolvimento local e na experiência entre turistas e anfitriões e faz das comunidades visitadas as protagonistas da atividade.

Diversos territórios protegidos da Amazônia encontraram no turismo de base comunitária uma oportunidade de crescimento, já que se trata de uma atividade diferenciada de baixo impacto ambiental, e assim sendo, uma possível ferramenta de geração de renda associada à proteção da natureza e da cultura local (SANSOLO, 2009). Atualmente já existem diversos programas deste tipo de turismo sendo praticados na região com intuito principal de ajudar as comunidades “tradicionais” que habitam áreas com alto potencial de ecoturismo a preservar seu meio ambiente e melhorar suas condições de vida.

O Ministério do Turismo (Mtur) lançou em 2008 um edital para financiamento de projetos de TBC e entre os cinquenta selecionados, cinco eram de localidades da Região Norte. No Pará, três destinos foram contemplados: Vila do Pesqueiro na Ilha do Marajó, Santarém e Curuçá. Em abril de 2012, a Rede Globo apresentou um vídeo no programa “Ação” mostrando o ecoturismo de base comunitária que ocorria na cidade de Curuçá. As belezas naturais locais e a maneira como estava aparentemente bem organizado o projeto aumentaram o interesse no estudo do lugar. Somou-se a isso a proximidade com a capital Belém e a facilidade de deslocamento em comparação com outros destinos, além do fato de possuir uma reserva extrativista de mangue, palco dos diversos conflitos comuns a outras localidades da região amazônica.

Utilizar Curuçá como objeto de estudo serviu para compreender como funciona o TBC empiricamente, em contraste com a realidade amazônica, já que o projeto estava sendo desenvolvido desde 2007, organizado por membros da comunidade local com auxílio técnico do Instituto Peabiru, uma ONG que objetiva incentivar o ecoturismo e a educação ambiental na região amazônica. A pesquisa de campo foi desenvolvida entre julho de 2012 e janeiro de 2013, com dois períodos de estadia que totalizaram quinze dias. A hospedagem tornou-se um problema devido à escassez e ao alto custo dos meios de hospedagem existentes. Para viabilizar o trabalho a pesquisadora contou então com o apoio da ONG Peabiru e de moradores locais.

O trabalho teve uma abordagem qualitativa em que foram utilizadas ferramentas da etnografia, como

as entrevistas em profundidade e a observação direta. Neste tipo de pesquisa a representatividade numérica não é relevante, o mais importante é o aprofundamento da compreensão de um grupo social. O mergulho no universo estudado permite um aprendizado intenso do conteúdo em questão (GOLDENBERG, 2003). Da Matta (1981) ressalta a importância de o estudioso ter contato direto com os seus pesquisados, obrigando-o a entrar num processo profundamente relativizador de todo o conjunto de modos de vida, crenças e valores do grupo social em foco.

Para a realização da pesquisa de campo, foram entrevistadas quinze pessoas, das quais duas eram funcionários do Instituto Peabiru responsáveis por auxiliar a comunidade na organização da atividade turística, dois funcionários da Secretaria de Turismo do município, onze moradores locais, dos quais seis trabalhavam com o turismo de base comunitária e cinco não tinham ligação direta com o TBC.

Como foram muitas as dificuldades observadas para organizar a atividade turística em Curuçá, esta questão acabou se destacando. Assim, os objetivos da pesquisa fueram: analisar se o TBC transformou as condições de vida dos moradores locais envolvidos com a atividade, e em caso positivo, de que maneira; e discutir sobre as dificuldades para se implementar este tipo de turismo com as comunidades de Curuçá.

Além das entrevistas realizadas no município, foi utilizada bibliografia sobre desenvolvimento e turismo de base comunitária para rever o debate teórico existente de modo que este embasamento pudesse auxiliar na compreensão do universo empírico do trabalho.

O artigo se estrutura em cinco partes: na primeira, apresenta-se uma caracterização e contextualização da área de estudo; na segunda e na terceira sessões faz-se um levantamento teórico sobre desenvolvimento local e turismo de base comunitária; na quarta são explanadas as percepções alcançadas a respeito do TBC de Curuçá, conforme as observações em campo e por último, na quinta seção, são expostas as considerações finais desse estudo.

2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

Durante um longo período da história, diversas correntes do pensamento econômico fundamentavam-se na teoria de que após a maturação do desenvolvimento econômico seria possível espalhar seus benefícios por toda a sociedade, difundindo-se em todas as camadas da população (FERREIRA, 2008). Assim, desde a década de 1950, a ideia de desenvolvimento marcou a discussão sobre estratégias políticas, carregando um significado positivo de superação da miséria pelos países menos favorecidos (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Nos anos 60, a Organização das Nações Unidas dedicou-se a modernizar as sociedades consideradas tradicionais ou atrasadas e adotar um modelo de desenvolvimento que ignora as diferenças culturais,

baseando-se na concepção de que prosperidade é o mesmo que crescimento econômico, industrialização e poder de consumo. Entretanto, esta política concebeu o modelo norte americano e europeu como um mecanismo evolutivo simplista a ser seguido, ignorando as diferentes formas de se apropriar e interagir com o ambiente (LAYRAGUES, 1998).

Para Sachs (1995), o crescimento da economia é compatível com a noção de “mal desenvolvimento”, pois mantém disparidades sociais e justifica exorbitantes custos ecológicos em nome do progresso (SACHS, 1995). Este pensamento se comprova tendo em vista que países com altas taxas de crescimento econômico são também recordistas em desigualdades sociais e impactos ambientais (FERREIRA, 2008).

Levando em consideração que desenvolvimento econômico é apenas uma das facetas do desenvolvimento e que por isso, não garante qualidade de vida, surge a necessidade de incluir condicionantes qualitativas e especificidades locais na sua construção (CRUZ, 2009). Aqui será discutido o desenvolvimento local, que também corresponde às denominações de endógeno e situado (BARRO; SILVA; SPINOLA, 2006; ZAOUAL, 2009).

No desenvolvimento local o quadro cultural local anteriormente ignorado ganha relevância, porém entende que “a identidade cultural de cada nação pode viver sua própria modernidade e transformar-se sem perder sua configuração original” (LAYRAGUES, 1998, p. 137). Na visão de Carestiano (2000 apud CRUZ, 2009), o desenvolvimento local seria um modelo que permite que uma dada comunidade possa autogerir-se, preservando o seu patrimônio ambiental e seu potencial socioeconômico, numa busca contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

Portanto, este processo não se vincula necessariamente a um grande crescimento econômico, porém visa que a população local tenha liberdade de escolher o que é melhor para si. Isto implica em fazer com que as atenções se voltem, primordialmente, para o incremento da capacidade das pessoas de levarem o tipo de vida que valorizam, enfatizando-lhe a condição de agentes políticos, exigindo a formulação e execução de projetos participativos com base em uma estreita relação entre suas crenças e práticas tradicionais (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009).

3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Assim como as outras atividades econômicas, o turismo, para desenvolver-se, é na maioria das vezes orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, apresentando as mesmas contradições deste modelo (BARRETO, 2000 apud MENDONÇA, 2004; FERREIRA, 2008). Portanto, a atividade turística também deve ser questionada à luz de todas as ponderações e debates feitos sobre

desenvolvimento no que diz respeito à inclusão e exclusão e responsabilidade social (FERREIRA, 2008).

Em contrapartida ao turismo convencional globalizado, Zaoual (2009) analisa que novas dinâmicas estão surgindo. O desenvolvimento local aliado a estas dinâmicas seria uma alternativa de resistência à racionalidade hegemônica do capital e um estilo contraposto às tendências e aos padrões dominantes (CRUZ, 2009). Por isso, começam a ser discutidas novas possibilidades de turismo pautadas em uma mudança de valores.

Na América Latina o TBC começou suas primeiras incursões a partir dos anos 80 por meio do Turismo Rural Comunitário (TRC) e atualmente encontra-se presente em todos os ecossistemas do continente (MALDONADO, 2009). As pressões mundiais do mercado seguindo as tendências do ecoturismo e do turismo cultural, a tentativa de criar alternativas para mudar a realidade de comunidades em situação de pobreza crônica, o papel desempenhado pelas pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional, bem como as estratégias políticas do movimento indígena e rural para se incorporar no processo de globalização preservando sua identidade e seus territórios ancestrais, foram fatores relevantes que levaram à sua origem (MALDONADO, 2009). O TBC surge, portanto, dentro de uma discussão que não interpreta a prática turística apenas pela sua vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade (IRVING, 2009).

Segundo Irving (2009), são seis as premissas que permeiam o TBC: base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à comunidade; afirmação cultural; e o “encontro” como condição essencial entre visitantes e visitados. O grande diferencial desta prática turística é que ela defende a inclusão das comunidades receptoras, além de ser um instrumento de respeito à diversidade e à identidade, e um meio para que estas apresentem suas demandas e limitações (IRVING, 2009, SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Trata-se, portanto, de um turismo em que as relações econômicas são articuladas (ao invés de substituídas) a outras relações que ultrapassam o lucro imediato, além de nem sempre ser a atividade mais importante enquanto renda principal, mas que serve como movimento de resistência ativa contra as mais usuais formas de desenvolvimento turístico e de apoio à autoestima das comunidades, tornando-se, por isso, um suporte para suas lutas sociais (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

4 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE CURUÇÁ

Ao se pensar nas oportunidades econômicas para Curuçá, primeiramente o que se tem em vista é um caminho

“tradicional” orientado pela lógica da RESEX que visa preservar e proteger as atividades de pesca, extrativismo e agricultura das populações ribeirinhas do município. A segunda opção seria por meio das propostas de emprego que viriam em função da construção dos portos. Entretanto, os dois caminhos parecem inadequados, visto que o primeiro oferece oportunidades limitadas que não levam à melhoria das condições de vida da população e a segunda tem grandes chances de trazer impactos negativos tanto no nível ambiental, como no social (NELEMAN, 2010). A outra seria por meio do turismo, conforme será abordado nos itens seguintes.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO NO MUNICÍPIO

Conforme Nascimento (2009 apud AMARAL, 2010), o polo turístico em que o município de Curuçá está localizado possui um expressivo potencial turístico e se destaca essencialmente pelo seu patrimônio natural. Entretanto, o turismo predominantemente encontrado na região é o de praia e o de massa. Em razão da dificuldade de acesso até as praias e por não possuir infraestrutura adequada para receber turistas, este processo ainda não ocorreu em Curuçá.

Um dos maiores problemas em relação à infraestrutura de turismo de Curuçá é a carência de hospedagem e restaurantes e a necessidade de profissionalismo no atendimento dos mesmos. Outra problemática local são os resíduos de lixo tanto na periferia, como nas áreas naturais, além da falta de saneamento básico nas áreas rurais. Ademais, a falta de demanda efetiva de turistas dificulta a atração de investimentos que possam desenvolver a atividade turística na cidade.

4.2 CURUÇÁ: TERRA DOS MANGUES E IGARAPÉS

Curuçá possui uma extensão territorial de 673,30km² e pertence à mesorregião do nordeste paraense e a microrregião do Salgado. Limita-se com o Oceano Atlântico ao norte e possui 34.294 habitantes divididos em cinquenta e duas comunidades de localidades rurais que se encontram em rios e várzeas e em zona de planalto (ESTADO DO PARÁ, 2011; IBGE, 2010).

A região possui uma riqueza de atrativos naturais e culturais. Ao visitá-la é possível conhecer diferentes ecossistemas que envolvem manguezais, campos savanóides, floresta de terra firme, bacurizal e umirizal. O município também possui igarapés, ilhas, furos e praias, onde se pode observar primatas, bichos preguiças e pássaros variados. Ademais, conta com eventos e festas que marcam seu calendário, muitos deles religiosos, quando é comum a realização de procissões, ladainhas, arraial, leilões, derrubada de mastros de flores e apresentação de danças típicas da região.

Segundo Souza (2010), Curuçá assemelha-se a diversas localidades ribeirinhas da Amazônia, nas quais as relações são um produto de um cotidiano marcado pela apropriação da natureza pelo homem. Neste sentido, a relação da população curuçense com o meio ambiente local adquire diversos significados que englobam trabalho, sustento e lazer. Conforme o mesmo autor, a delimitação dos territórios produtivos do local se deu pela ocupação secular de grupos comunitários nesses espaços, fazendo com que o conhecimento empírico sobre o ambiente ribeirinho tenha se cultivado por muitas gerações.

Entretanto, os curuçenses enfrentam dificuldades relacionadas a altos índices de pobreza e analfabetismo, baixo desenvolvimento humano, problemas como a falta de saneamento básico, carência de escolas, hospitais e postos de saúde de qualidade, além das poucas oportunidades de emprego.

Como se trata de um município predominantemente rural, metade da população tem como ocupação principal atividades ligadas à pesca (IBGE, 2010). Porém, existe um grande desinteresse das novas gerações em relação às atividades consideradas tradicionais e uma possível consequência de perda de identidade destas comunidades, levando a uma alteração da realidade social e cultural do município (SOUZA, 2010). Segundo Martins (2010), a subjugação da pesca artesanal pela pesca industrial está trazendo o desestímulo dos jovens a continuar com o modo de vida dos pais fazendo com que eles saiam em busca de novas oportunidades de trabalho ou estudo em Belém ou Castanhal, acabando por morar na periferia destes municípios.

Outra questão preocupante diz respeito à especulação do uso do solo neste território. Como já ocorrido em outras localidades amazônicas, existe também o temor de que haja uma desapropriação progressiva de terrenos de moradores locais no futuro, haja vista que alguns pescadores já venderam suas terras para servir de casa de veraneio para turistas e para pessoas de estados vizinhos que se mudaram para o município (SOUZA, 2010).

Este fator só tende a aumentar com a consolidação do projeto de megaempreendimento portuário na Praia da Romana. Embora as promessas sejam de progresso e modernidade, a história comprova que os riscos ambientais e sociais acabam se sobrepondo aos benefícios prometidos nos discursos dos que defendem este tipo de iniciativa. Todavia, ameaças ambientais também se relacionam a situações cotidianas, a exemplo dos grandes currais de pesca instalados por pescadores advindos de diversos estados nordestinos que vem provocando assoreamento dos rios e colocando em risco de extinção uma diversidade de espécies marinhas (KOTSCHO, 2008)

Foi principalmente pela percepção da exaustão dos recursos naturais que foi criada, em 2002, a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá (RESEX MGC), responsável por proteger igarapés, manguezais e baías. Até hoje a reserva tem como função principal proteger os recursos pesqueiros e os próprios manguezais, que estão

sujeitos a ameaças relacionados a técnicas não adequadas para a captura de caranguejos, lixo doméstico colocado em lugares não apropriados, além de desmatamentos para construção de residências, barracas de pescadores e criadouros de camarão (CHAVES, 2010).

Do mesmo modo, a proposta da criação da RESEX objetivava não somente encontrar soluções urgentes para o manejo racional dos seus recursos naturais, mas também meios de desenvolvimento local capazes de trazer mais oportunidades para sua população, protegendo seus modos de vida e a cultura dos extrativistas locais (BRASIL, 2002). Entretanto, a RESEX enfrenta muitos problemas, sobretudo relacionados à descrença dos próprios moradores em relação à efetiva viabilidade do projeto, isso porque tradicionalmente a maioria dos curuçenses não participa e não tem voz nos processos políticos locais e por isso não acredita que seus representantes irão defender seus interesses (BATISTA, 2010).

4.3 O INÍCIO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DE CURUÇÁ

O turismo de base comunitária passou a ser pensado em Curuçá em 2006, com a chegada do Instituto Peabiru, ONG que tem como missão valorizar a diversidade cultural e ambiental e apoiar processos de transformação social na região amazônica. A ONG se aproximou do grupo pastoral da juventude e posteriormente, reuniu com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), criando o projeto “Escola Casa da Virada” com objetivo de oferecer capacitação e trocar conhecimentos com a população local.

O ecoturismo de base comunitária surgiu paralelamente ao curso de agentes ambientais, responsável por formar filhos de pescadores, professores e agricultores. No curso de agentes ambientais, foi ensinado sobre a conservação e manejo de manguezais e recursos hídricos. Após a formação de membros locais como agentes ambientais, foram realizadas oficinas de turismo de base comunitária com intuito de apresentar o tema para a população.

Em seguida, 17 monitores aderiram ao projeto e receberam o seu primeiro grupo em 2008. No mesmo ano, o Instituto Peabiru submeteu outro projeto ao Ministério do Turismo com a finalidade de organizar cursos de capacitação empresarial e montar uma cooperativa e uma agência comunitária com os recursos adquiridos. Neste meio tempo, o grupo se organizou e formou o Instituto Tapiaim, legalmente reconhecido apenas em 2010.

Assim, o projeto foi se desenvolvendo com intuito de incluir as comunidades “tradicionais” e servir como uma nova fonte de renda para os moradores do município. A ideia principal era a de criar empregos locais e capacitar os jovens na atividade do ecoturismo.

Nota-se, portanto, que o início do projeto foi de acordo com algumas premissas abordadas por Irving (2009), como a base endógena na iniciativa com espaço para as comunidades expressarem seus desejos, a preocupação com a participação e protagonismo social através do saber compartilhado, a importância desta prática estar atrelada a compromissos de sustentabilidade que almejem a qualidade ambiental e social do destino, bem como sua valorização cultural.

A operação de receber turistas funcionava em parceria com a agência Estação Gabiraba, de Belém, e a Turismo Consciente, de São Paulo, onde normalmente a segunda fazia contato com a primeira, informando que um grupo queria fazer um dos roteiros em Curuçá e, posteriormente, a Estação Gabiraba informava ao Instituto Tapiaim que se organizava para receber os visitantes. O Instituto Tapiaim operava com quatro comunidades nos seus roteiros: Pedras Grandes, Recreio, Praia da Romana e Muriazinho.

A escolha dos povoados estava diretamente relacionada aos seus atrativos naturais (trilhas e banhos em lagos e igarapés), à facilidade de acesso e à existência de restaurante (QUEIROZ, 2011). O objetivo dos passeios era de apresentar aos turistas as belezas naturais da região e situações vividas cotidianamente pelas comunidades tradicionais: a pesca artesanal, a catação de caranguejos, a agricultura familiar e a criação de abelhas.

4.4 AS PEDRAS NOS CAMINHOS E OS APRENDIZADOS

Em razão da pesquisa de campo ter ocorrido num período em que o Instituto Tapiaim estava desativado, alguns dados e informações abordados a seguir serão baseados no estudo feito por Neleman (2010), quando a instituição ainda estava ativa, como uma complementação do trabalho.

No ano de 2010, o Instituto Tapiaim reunia dezessete membros, no entanto, apenas catorze deles estavam ativos. Segundo o estudo de Neleman (2010), dez destes membros habitavam as áreas urbanas do município, sendo oito da sede de Curuçá e dois do Abade, com apenas dois integrantes das comunidades rurais, dos quais apenas um habitava uma das comunidades que eram visitadas no roteiro de ecoturismo. Ainda que apenas um membro residisse em uma das comunidades visitadas incluídas no pacote, artesãos, pescadores e agricultores estavam ligados à cadeia, por meio da produção de artesanato, alimentos e bebidas, ou falando de seus ofícios para os turistas.

Autores como Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) ratificam a importância da participação comunitária, ao afirmar que os cidadãos devem ser sujeitos e atores do processo. Além disso, alguns conceitos também priorizam a questão da solidariedade e da equidade na distribuição de benefícios, como o abordado pela FEPTCE (apud SANSOLO, BURSTYN, 2009, p. 146): “o turismo comunitário é uma atividade econômica solidária (...) baseada em um princípio de equidade na distribuição de renda”. No caso de Curuçá,

observa-se que havia um esforço comunitário para que esses benefícios, que não eram muitos, fossem distribuídos igualmente. Entretanto, algumas pessoas mais engajadas na atividade não se sentiam satisfeitas pelo fato de que outras não tão envolvidas recebessem o mesmo benefício.

De acordo com Maldonado (2009), um dos fatores que deram origem ao TBC foi a tentativa de transformação da realidade social das comunidades na busca de superação de uma situação de pobreza crônica. Entretanto, no caso de Curuçá, a renda obtida era pouca e praticamente insignificante para atender este objetivo, não sendo capaz de suprir as necessidades dos membros do Instituto, dos quais a maioria encontrava-se desempregada, além de muitos terem filhos para sustentar. E mesmo como renda complementar, era insuficiente para investir de forma coletiva.

Ao discutir obstáculos comuns ao turismo praticado em comunidades, Maldonado (2009) confirma que muitas vezes ocorrem restrições que dificultam a atividade no mercado devido a problemas como o déficit na educação, na formação profissional, nos serviços básicos de saúde e carência de infraestrutura, além de alto índice de pobreza e baixo índice de desenvolvimento humano. Também comenta a incursão das comunidades em situações de improviso, a ausência de profissionalismo e o desconhecimento do mercado e de instrumentos de gestão de negócios (MALDONADO, 2009).

Em Curuçá, todas estas questões fazem parte da realidade do município e influenciam negativamente o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária. O fato de se tratar de uma cidade com baixo índice de escolaridade e formação profissional influenciava diretamente na baixa qualidade do atendimento dos seus poucos hotéis e restaurantes. Ao mesmo tempo, foi relatado que os membros do Tapiaim não estavam devidamente organizados e encontravam-se permanentemente sujeitos a situações de improviso, além de existir uma relação de dependência em relação ao Instituto Peabiru.

Outra dificuldade tratada por Mielke (2009) para o desenvolvimento do TBC diz respeito a fatores exógenos, pois, segundo o autor, em muitos casos os destinos ainda não possuem uma procura efetiva e, por isso, a obtenção de resultados demanda tempo. No caso do TBC de Curuçá, apenas 12 grupos visitaram o município no período de 2008 a 2010. Em julho de 2012 e em janeiro de 2013, período de campo da pesquisadora e de alta temporada no Pará, houve apenas dois passeios no período de julho e um passeio no período de janeiro.

Agregando-se a todos esses problemas, houve inúmeras divergências de interesses que dividiram o Instituto. Sendo o motivo mais relevante a transferência de desavenças pessoais para o Tapiaim de dois dos membros mais influentes, que acabaram influenciando o resto do grupo. As desavenças que já existiam entre Tapiaim e Peabiru se adicionaram aos membros da própria comunidade, o que acabou levando à inatividade do Instituto Tapiaim.

No seu livro “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, Bauman (2003) faz importantes considerações a respeito da visão romântica que a maioria das pessoas “de fora” tem em relação ao sentido de comunidade. Atualmente, o que se nota por parte de defensores deste tipo de turismo, é a crença de que a implantação do TBC em localidades comunitárias pode ser uma espécie de “salvação” capaz de resolver grande parte dos problemas ali vividos. Cria-se a expectativa de que a comunidade seja coerente com todas as características que este tipo de projeto possui.

Segundo Bauman (2003), para pessoas exógenas, a ideia de comunidade evoca um sentido de homogeneidade ao se pensar que é possível encontrar dentro dela tudo aquilo que o ser humano sente falta no seu dia-a-dia: lealdade, acolhimento, segurança, senso de coletividade. No entanto, integrantes de comunidades também estão inseridos na sociedade e no sistema que vivemos e por isso mesmo, apresentam todas as suas contradições e dificuldades. Pensar em comunidade sem conflito, segundo Bauman (2003), seria criar uma realidade utópica.

Ainda que a maneira como estava sendo trabalhado o TBC em Curuçá tenha sido considerada pouco participativa e com resultado financeiro irrisório, houve outros tipos de benefícios que envolvem questões mais profundas, como consciência ambiental, senso de responsabilidade com o lugar e com as pessoas. Ao perceber que existe o interesse de pessoas “de fora” em conhecer seus modos de vida e o meio ambiente da Reserva Extrativista MGC, os envolvidos com o TBC passaram a preocupar-se mais em cuidar da Reserva e a enxergar um valor que vai além da questão econômica, se envolvendo com aquele espaço.

A construção do restaurante “Lá no Manguê” com comidas típicas da região, os trabalhos de conscientização ambiental e “resgate” cultural nas escolas do município, o novo projeto de TBC somente com membros da comunidade do Candeua em parceria com a Secretaria de Turismo, bem como a inserção de um dos ex-integrantes do Instituto Tapiaim na faculdade de Gestão Ambiental, foram algumas das concretizações que tiveram grande influência do projeto de TBC em Curuçá.

Para concluir este trabalho, o que se pode avaliar no caso Curuçá é que o ecoturismo de base comunitária ali vivido está seguindo a linha que mais diferencia este tipo de turismo dos convencionais: a base endógena de desenvolvimento. Marcon (2007) entende que esta política deve estar associada a uma dinâmica “de baixo para cima”, na qual os atores locais desempenham papel central na sua função. Entretanto, isto não significa estar isento de dificuldades e desafios ou que a base do desenvolvimento local irá trazer a milagrosa “equidade” tão tratada nas premissas levantadas por estudiosos que abordam o TBC e pouco compatíveis com o sistema em que vivemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das alternativas pensadas para solucionar os problemas da região amazônica foi a criação de reservas extrativistas, com o objetivo de proteger a natureza, permitindo o uso sustentável dos recursos e assegurando os meios de vida das populações “tradicionais”. No caso de Curuçá, foi criada a RESEX Mãe Grande com intuito de proteger seus manguezais ameaçados, principal fonte de sustento do seu povo. Entretanto, o que se nota é que esta alternativa tem se mostrado ineficiente para suprir os anseios daquela população que continua com poucas opções de trabalho.

A chegada do Instituto Peabiru no município trouxe projetos sociais com objetivo de promover melhorias para as condições de vida do povo de Curuçá. Um deles foi o turismo de base comunitária. Por ser uma atividade que tem como cerne o desenvolvimento local e que respeita a cultura, o meio ambiente e a sua dinâmica social, o TBC foi considerado uma alternativa econômica apropriada para aquele ambiente.

A imersão endógena no objeto de estudo trouxe a confirmação de que nem sempre o que é divulgado ou está nos discursos de ONGs, ministérios e inclusive na literatura acadêmica, retrata a realidade empírica deste tipo de projeto. Antes da pesquisa de campo, as expectativas eram de encontrar um ecoturismo de base comunitária segundo o vídeo divulgado pela Rede Globo: impecavelmente organizado, em sincronia com as necessidades da região, onde as pessoas envolvidas estariam em perfeita harmonia com as decisões tomadas a respeito do seu desenvolvimento.

Entretanto, o encontrado foi o oposto do idealizado: uma instituição desativada, pessoas se acusando pelo insucesso da atividade e uma infinidade de problemas sociais que afetavam diretamente o desenvolvimento do TBC. A expectativa de que o turismo estaria ajudando economicamente a vida da comunidade, portanto, foi eliminada.

A ideia do desenvolvimento local é mais justa por conceder às comunidades liberdade para escolher o caminho que querem seguir, porém não torna este processo menos complexo. Trabalhar com comunidades significa lidar com valores, interesses, necessidades e sonhos diferentes e, por isso mesmo, ter de arcar com conflitos que nem sempre são fáceis de resolver.

Por isso, é importante mudar esta expectativa de que a comunidade seja coesa com todas as características que este tipo de projeto possui e abandonar a ideia de que lá é possível encontrar homogeneidade e um senso de coletividade que não se encontram mais em outros lugares. Deve-se refletir que a tal comunidade idealizada também está inserida na sociedade e no sistema que vivemos e, por isso mesmo, apresenta todas as suas contradições.

Atualmente, Curuçá está passando por profundas mudanças, onde antes a maior parte da sua população que trabalhava com atividades ligadas à natureza, hoje vive uma realidade de um intenso êxodo de jovens à procura de oportunidades de trabalho na capital e região metropolitana. Os que decidem permanecer no local muitas vezes têm

de encarar o desemprego e uma infinidade de problemas sociais e ambientais que assolam a cidade.

A vinda do Instituto Peabiru com o projeto de turismo de base comunitária acabou significando para os que se envolveram com o TBC um sonho de mudança de suas condições de vida. Entretanto, a não correspondência desses sonhos levou muitos à desistência ou à falta de compromisso com a atividade.

É importante refletir também sobre o papel do Instituto Peabiru em relação ao TBC de Curuçá, já que sua função seria dar assistência técnica para a comunidade. Seria correto esperar somente que os integrantes caminhassem (e não caminhasse) com pernas próprias? Ou tentar de alguma forma intervir para que o processo tivesse continuidade? Qual seria, afinal, o papel deste agente quando o plano não funciona de acordo com o esperado?

Pensar no desenvolvimento do turismo de base comunitária para Curuçá demanda longo prazo, pois ainda que seja considerado alternativo, exige infraestrutura e organização. Existe uma necessidade urgente de investimentos que sirvam não somente para possibilitar o desenvolvimento de uma oferta minimamente capaz de receber turistas, mas acima de tudo, de atender as necessidades da comunidade. Só será possível encontrar pessoas que se engajem na sua organização e fomento, quando suas necessidades mais urgentes forem sanadas.

Ao longo da pesquisa de campo, algumas sugestões foram pensadas para fomentar a atividade. A criação de encontros que objetivassem intercâmbio de experiências e aprendizados entre membros de comunidades envolvidos no projeto de TBC do Pará poderia trazer mudanças de caminhos e novas ações que levariam ao fomento da atividade. A implantação de hospedagem domiciliar e construção de *campings* também seria uma iniciativa adequada para a cidade, já que não demanda grandes investimentos e os próprios curuçenses poderiam oferecer estes serviços, contribuindo, assim, para suprir a carência de hospedagem no município, para renda complementar, assim como para estimular a vinda de turistas para Curuçá.

Ainda que esteja em fase de transição e que sejam muitos desafios a superar, o que deve ser destacado aqui é que os curuçenses estão tendo liberdade de escolher os caminhos para desenvolver o turismo, o que seria, afinal, a principal diferença em relação ao praticado na maior parte do país, onde a população local normalmente é excluída e prejudicada pelo seu processo de desenvolvimento.

Entretanto, este trabalho deixou algumas questões a serem respondidas: Como desenvolver o TBC em comunidades onde não há uma demanda efetiva? Será o turismo de base comunitária adequado para comunidades que possuem necessidades mais urgentes a suprir? Será o TBC capaz de se estruturar em localidades sem estrutura? Qual o papel e relevância do Instituto Peabiru para o TBC de Curuçá? Tais indagações podem servir de base para pesquisas futuras na busca de possíveis caminhos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Vanessa Silva Do. *Gestão participativa e turismo na RESEX Mãe Grande de Curuçá*: múltiplas percepções. 2010. 93 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, Departamento de Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, FIPAM, Belém, 2010.
- BARROS, A. B. G.; SILVA, N. L. O.; SPINOLA, N. D. A teoria de desenvolvimento endógeno como forma de organização industrial. *RDE: Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, v. 8, n. 14, p.91-98, 14 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/11/66>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- BATISTA, I. M. S. *Participação organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá*. 2010.199f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRASIL. Decreto s.n. de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9774.htm>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- CHAVES, A. T. P. V. *Gestão pública e participação: uma análise do conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá*. Dissertação (Mestrado). 2010. 176 f. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.
- CORIOLANO, L. N. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza: EduECE, 2009
- CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatística Municipal: Curuçá*. Disponível em: <<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/curuca.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.
- FERREIRA, H. C. H. *Turismo e responsabilidade social: um debate no campo da sustentabilidade*. CPDA/UFRRJ, 2008, mimeo.
- FIGUEIREDO, M. F. *Uma estrada na reserva: impactos sócio-ambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)*. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Dados socioeconômicos de Curuçá*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=150290>>. Acesso: 28 jul. 2012.
- IRVING, M. D. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- KOTSHO, R. Histórias de vida e de morte nos santuários ameaçados dos manguezais de Curuçá. *Brasileiros*, [s.l.], n. 2, p.56-67, 19 set. 2008.
- LAYRAGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- MARCON, E. M. G. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas "Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões". *Pasos: Revista de Turismo Patrimônio Cultural*, [s.l.], v. 5, n. 3, p.343-352, 2007. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5307/PS060307.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2012.
- MARTINS, A. A. F. A. *Caminho das águas: proposta para um aproveitamento de um subproduto ictiológico na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos recursos.

- Área de Concentração: uso e aproveitamento dos recursos naturais. Belém, 2010.
- MEIRELLES, J. C. F. *O livro de ouro da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- MENDONÇA, T. C. D. M; IRVING, M. D. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). In: *Caderno Virtual de Turismo*. v. 4, n. 4. 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.p=view&path%5B%5D=66&path%5B%5D=61>>. Acesso em: 05 jan. 2013.
- MIELKE, E. J. C. *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas: Alínea, 2009.
- NELEMAN, S. *The marine extractive reserve "Mãe Grande" and community-based ecotourism: possibilities for the population of Curuçá, Pará*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Estudos Latino-Americanos, Centre for Latin American Research and Documentation (CEDLA). Amsterdã, 2010.
- QUEIROZ, J. S. *Ecoturismo de base comunitária na Amazônia Oriental: O caso do Instituto Tapiaim em Curuçá – PA*. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/dissertacao/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jacirene_Queiroz.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: *Estudos Avançados*. v. 9, n. 25. São Paulo: Edusp. 1995
- SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009
- SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- SOUZA, C. B. G. A gestão dos recursos naturais da Amazônia: A reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 5, n.1, p. 83-104, 2010 Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/17783/11613>> Acesso em: 20 dez. 2012.
- TAVARES, M. G. C. Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA). In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.
- TREVIZAN, S. D. P.; SIMÕES, M. L. N. S. Global e Local: conflito ou complementaridade (a título de introdução). In: TREVIZAN, S. D. P. (Org.). *Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local*. Ilhéus: Editus, 2006.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009.

Recebido em 21 de março de 2015

Aprovado, em sua versão final, em 12 de julho de 2015

Artigo avaliado anonimamente por pares.